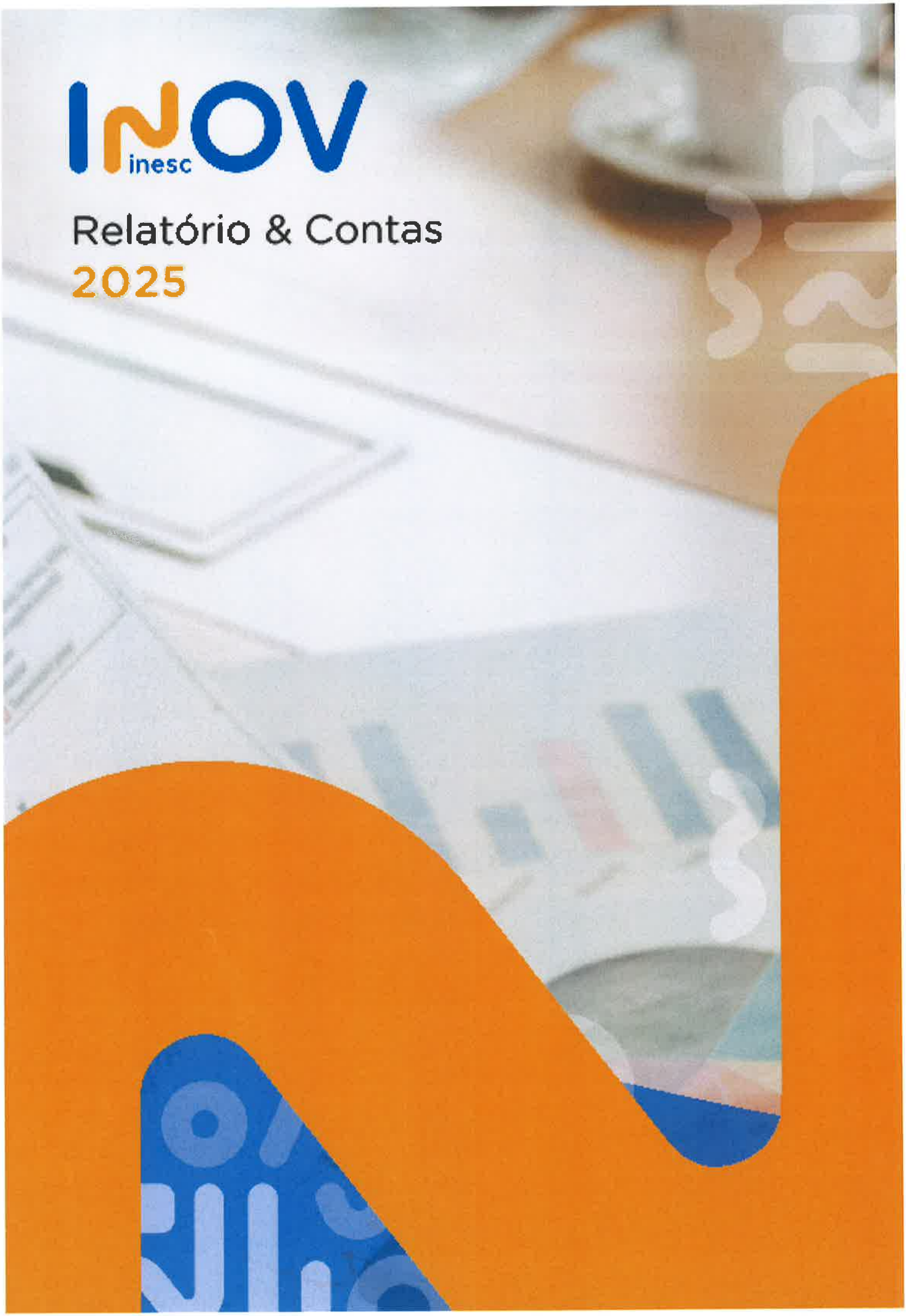


INOV inesc

Relatório & Contas

2025

Índice

1. Mensagem do Presidente 3
2. O INOV 7
   - 2.1. O que somos e o que fazemos 7
   - 2.2. O ecossistema INESC 8
   - 2.3. Missão, Visão e Valores 9
   - 2.4. Localização 9
3. Resumo da Atividade em 2025 9
4. Atividade Científica e Tecnológica 11
   - 4.1. Destaques – Ano 2025 11
   - 4.2. 2025 em Números 14
   - 4.3. Recursos Humanos 14
5. Análise Económica e Financeira 16
   - 5.1. Desempenho Económico-Financeiro 16
6. Demonstrações Financeiras 20
   - 6.1. Mapa das Demonstrações Financeiras 20
   - 6.2. Anexo às Demonstrações Financeiras 24
7. Relatórios de Auditoria 47

1. Mensagem do Presidente

Fernando Moreira

Presidente do Conselho de Administração

Passou mais um ano. A velocidade a que diversos acontecimentos se desenrolam à nossa volta é verdadeiramente impressionante: ao longo dos anos temos estado envolvidos em (e temos ajudado a criar e crescer) uma realidade que começa a "envolver-nos". Com parte (relevante) a passar-se em bastidores, mas com muita coisa bem à vista de todos, o digital e a sua aplicação transversal às atividades neste nosso planeta afirmam-se como algo que promete (e ameaça) tomar conta do nosso destino.

Que longe estamos das dúvidas da relevância da internet para a sociedade, que tínhamos no início deste século, há apenas vinte e poucos anos atrás. Hoje aceitamos que em breve teremos um robot humanoide caseiro para serviços, que interage connosco em linguagem natural!

É um desafio acompanharmos institucionalmente estas evoluções e mudanças, considerando tudo o que está envolvido (pessoas, instituições, agências, governos; geografia; temas científicos e tecnológicos, instalações, regulamentações, ...).

Sendo fã de Fórmula 1, há anos que acompanho os resultados que as equipas conseguem obter face às alterações às regulamentações, visando a segurança máxima de todos os atores, com foco principal nos pilotos. Contribui fortemente para esses resultados a utilização constante de novas tecnologias multidisciplinares e de ambientes de teste evoluidíssimos, a criação de organizações muito bem preparadas e estruturadas, e as apostas fortes (financeiras, pessoas, infraestruturas) que são feitas. O ambiente de competição leva as equipas a ultrapassarem-se a cada instante, cooperando e competindo com os pares.

Na F1 há várias formas de ganhar: piloto, equipa, motor; treinos, sprint, corrida, fim de semana; setores, volta, circuito; pré-época, antes de agosto, depois de agosto, época. E todos os anos se renovam.

Gosto de pensar que a equipa INOV de F1 está na crista da onda e nos mantém muito competitivos e com capacidade de perseverar neste mundo agressivo e incerto. Porque em vez de complicarmos e de ignorarmos, enfrentamos e ultrapassamos, adaptando-nos continuamente à envolvente. Já demonstrámos que isso sabemos fazer bem.

Está na hora de liderarmos mais, de apontar caminhos, de rebocar e de empurrar. Essa é uma das componentes menos conseguidas da nossa atividade e aquela que exige alguma atenção daqui para a frente: é tempo de assumirmos o nosso papel de líderes na inovação, demonstrando como se faz bem. Isso exige outro trabalho, complementar ao que já fazemos, e que temos de aprender a também fazer bem. Acredito que o vamos conseguir.

O ano de 2025 revela estabilidade nos macro indicadores institucionais de pessoas e económico-financeiros globais. As nossas grandes rubricas orçamentais (Prestações de Serviços, Projetos de I&D&I nacionais, Projetos de I&D&I europeus e Apoios infraestruturais) tiveram evoluções distintas, com VPS e projetos nacionais a aumentarem, os projetos europeus a terem uma redução com algum significado, e os apoios infraestruturais com valores equivalentes, para um valor global semelhante a 2024. Os resultados e o investimento mantêm valores significativos para uma instituição de I&D&I das TICE.

Os indicadores financeiros globais apresentam proveitos totais de cerca de 6,06 M€, sendo cerca de 35,5% em VPS, para um resultado líquido de cerca de 350K€. O número de colaboradores estabilizou, sendo no fim do ano 144, dos quais 82 contratados.

A atividade desenvolvida no ano é descrita em pormenor no nosso Relatório Anual de Atividades. Mas merecem destaque alguns tópicos que são abordados em seguida.

Está a ser um caminho trilhado com alguma dificuldade, estamos a aprender FCTês, mas não nos estamos a dar muito mal com o processo: o INESC INOV Lab viu a sua candidatura aprovada a unidade de ID da FCT, teve classificação de Muito Bom, e acesso a um financiamento que foi "encaixado" no critério de penalizar quem não tem Excelente (face ao passado) mas que mesmo assim tem alguma expressão. E já está a rolar a todo o vapor. Esta evolução organizacional traz-nos um novo potencial de intervenção e realização externas, mas também novos desafios de coesão e colaboração internas. Acredito que estaremos à altura destes novos desafios e seremos capazes de nos afirmarmos melhor no panorama nacional e internacional do I&D&I.

O laboratório de Eletrónica, IoT e Telecomunicações em Lisboa já está operacional, mas continua a evoluir, agora com uma nova zona dedicada à cibersegurança. Foi um investimento feito no INOV com a utilização de apoios infraestruturais, antes da decisão nacional nos últimos meses de abrir múltiplas linhas de financiamento (e cofinanciamento) de equipamento com data limite de 30 de junho de 2026. Recuperámos o brilho de décadas anteriores, quando podíamos pensar em e criar equipamentos que espelham as nossas capacidades e respondem às necessidades do mercado, antes de sermos encostados em Lisboa a uma lógica de regionalização que nos limita dramaticamente na capacidade de investimento em I&D&I. Estamos de parabéns e devemos continuar a demonstrar a todo o País porque é que esta lógica regional está errada.

Em 2025, e expectavelmente no médio prazo, o INOV continuou a apostar na área da Defesa e Segurança, sobretudo através do reforço da sua rede de contactos e da submissão de novas propostas de projetos. A nova ordem política internacional (real e/ou percebida após a tomada de posse de Donald Trump como presidente dos EUA) está a ter como consequência uma "corrida" às tecnologias para a Defesa e/ou de duplo uso, e o INOV está muito ativo em programas como o EDF europeu, ao mesmo tempo que continua a apostar forte na área da Segurança, com a cibersegurança no topo das atenções.

A participação do INOV nas atividades lançadas pelo INESC Brussels Hub reforçou simultaneamente a sua presença ativa no ecossistema europeu de investigação e inovação e o seu papel dentro da rede INESC, contribuindo para discussões estratégicas sobre autonomia tecnológica, financiamento de infraestruturas científicas e prioridades de I&D. O INESC Brussels Hub tem conseguido atrair decisores, especialistas e representantes institucionais nacionais e europeus de renome, oferecendo aos INESCs uma plataforma privilegiada para fortalecer alianças, alinhar agendas e afirmar a relevância das suas competências no contexto europeu.

Os temas tratados atrás já incluem considerações de futuro, médio e longo prazo. Mas importa aqui realçar dois ou três com olhar mais incisivo.

Sempre a questão dos apoios infraestruturais, que têm contribuído nos últimos anos para o nosso posicionamento forte no mercado, incluindo realizarmos o papel de demonstração e disseminação tecnológica que se espera de um centro de I&D e interface, mas que criaram alguma dependência da existência dos ditos. Quem já viveu 11 anos sem apoios do género infraestrutural, 8 anos passados já

se readaptou à sua existência: fizemos apostas fortes em pessoas, em instalações (incluindo laboratórios), em modelos de cooperação que fazem disseminação e angariação de parceiros, mas não significam negócio imediato ou até de médio prazo. Ou seja, cumprindo o que se deseja da atuação no mercado de um centro de interface entre as IES e a sociedade. Já sabemos que nada é garantido, aprendemos da pior maneira o que é que isso nos pode trazer e tirar. Mas é muito mau andar ciclicamente na corda bamba: agora é a reestruturação da ANI e FCT, mas já estava connosco a dúvida do que se passaria depois de 30 de junho de 2026 (ou do fim do PRR). Lá vamos nós outra vez penar pela continuidade do papel que nos vão "exigindo", mas que não é verdadeiramente reconhecido: desde sermos ignorados, a sermos apoiados em formatos... digamos possíveis, até sermos confrontados porque não mantivemos a postura de centro de interface apesar de não sermos para isso co-financiados, tudo pode acontecer depois de 30 de junho de 2026. E o melhor é pensar que a noção de continuidade temporal não existe nos assuntos da inovação: da investigação até tem havido, a inovação parece não ser necessária, é o que ressalta da atuação das entidades públicas nacionais que para ela deviam olhar. Uma nota para a CTI Alliance, que foi lançada este ano e pretende falar a uma voz pelos CTI: é um marco importante, faltava este instrumento, e esperemos que com ele possamos atacar as constantes incertezas e assimetrias que se têm verificado no sistema nacional de inovação nas últimas 2 décadas.

Para o INESC Lisboa cumprimos um dos requisitos que identificámos necessário para pensarmos numa das possibilidades organizativas futuras: ter uma unidade de ID reconhecida pela FCT, visando mais tarde integrarmos um Laboratório Associado (ou equivalente) em Lisboa, com o INESC ID e o INESC MN. Agradecemos o papel fundamental do nosso associado INESC ID neste processo, em múltiplas dimensões que incluíram acordos conjuntos com investigadores. Agora aguardemos a AI2, o que ela nos vai trazer em termos de definição do ecossistema de investigação e inovação nacional, e depois ver como prosseguimos com esta etapa organizativa de que os INESCs em Lisboa estão mesmo a precisar: basta acompanhar o que se passa fora do país, o que se anuncia cá dentro, e facilmente concluímos que sem massa crítica não conseguiremos vingar mas apenas sobreviver, sobretudo por termos uma boa parte dos investimentos de I&D&I em Lisboa.

O CICLOPE atingiu uma nova etapa de vida. Numa aposta forte do INOV, da equipa e dos associados, à data da escrita deste relatório já foi criada a INOVSIGHT - SISTEMAS DE VIGILÂNCIA DE GRANDES ÁREAS, S.A, com quem vamos poder evoluir a estrutura que incubou dentro do INOV, permitindo dar passos importantes no caminho do crescimento e da internacionalização do negócio, deixando na casa mãe a capacidade de responder aos desafios de evolução técnico-científica que nos sejam colocados no futuro. À InovSight desejamos sucesso no seu percurso e que não se esqueça do INOV: sabemos que é um desafio, mas também sabemos que depende de esforço mútuo.

Acreditando que agora faz muito sentido, nesta encruzilhada nacional e europeia em que nos encontramos e não esquecendo o restante panorama internacional, definimos para 2026 um projeto de grande análise institucional que identificámos como Plano Estratégico 2027-2030. Começando nos planos que vamos criando e adaptando no curto prazo (1-2 anos), o que desejamos é fazer uma reflexão profunda sobre a instituição, considerando a nova envolvente que já se conhece e a que podemos esperar, e com isso identificar caminhos de médio prazo que nos permitam estar bem preparados para o que aí vem e o que pode vir. Este é um projeto global institucional que deve (e vai!) contar com a colaboração alargada de todas as estruturas do INOV.

A todos os que têm contribuído para que o INOV mantenha o seu rumo o Conselho de Administração manifesta apreço e reconhecimento.

Aos colaboradores o profundo agradecimento pela confiança que depositam no INOV para a concretização da sua realização e desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos associados agradecemos, em nome de todos os colaboradores, pelo renovado apoio na nossa ambição para o INOV prosseguir uma estratégia de consolidação e crescimento sustentado no médio e longo prazo, através da aposta inequívoca na qualidade e excelência da nossa atividade de I&D&I.

Aos Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, desejamos que continuem unidos connosco neste percurso de construção de uma organização de referência, solidamente preparada para o futuro.

"Está na hora de liderarmos mais, de apontar caminhos, de rebocar e de empurrar. [...] É tempo de assumirmos o nosso papel de líderes na inovação, demonstrando como se faz bem."

Lisboa, 16 de março de 2026

Fernando Moreira

2. O INOV

2.1. O que somos e o que fazemos

A génese do **INOV - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação**, remonta aos Centros de Transferência de Tecnologia do INESC (www.inesc.pt), lançados no âmbito do Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP) II, na década de 1990. Evoluiu para uma Infraestrutura Tecnológica (IT) e, em 2017, tornou-se um Centro de Interface (CIT), mantendo o modelo inicial de dispor de corpo técnico próprio, para além de outros recursos necessários ao desenvolvimento das suas atividades.

Atualmente, reconhecido como Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) pelo Ministério da Economia, o INOV dedica-se à investigação, desenvolvimento, demonstração e transferência de tecnologia na área das TICE. O INOV disponibiliza uma ampla gama de serviços, incluindo I&D+i, participação em projetos nacionais e europeus cofinanciados, fornecimento de soluções completas, consultoria tecnológica e formação avançada para empresas, com especial enfoque nas PME.

Com ligações privilegiadas a Instituições de Ensino Superior (IES), agora reforçada com a criação do INESC INOV-Lab (unidade de I&D reconhecida pela FCT) bem como um importante conjunto de certificações e qualificações, mantém uma atitude proativa no acompanhamento e disseminação de informação técnico-científica e na promoção de oportunidades de financiamento para I&D+i. Contribui ainda ativamente para a internacionalização das empresas e participa em redes nacionais e internacionais.

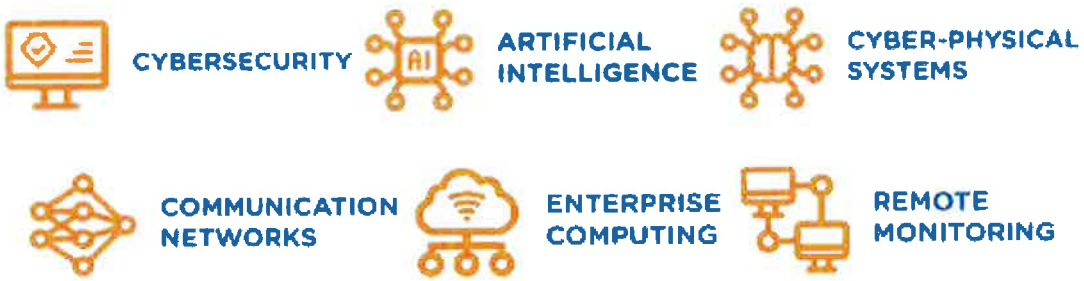


Figura 1 - Domínios de I&D do INOV

O INOV, enquanto CTI, disponibiliza ao tecido económico um conjunto de tecnologias e competências únicas, com vista a apoiar as empresas e outros agentes económicos nos seus processos de inovação. Tal é concretizado através da endogeneização tecnológica como fator diferenciador nas respetivas estratégias de crescimento. Assim, o INOV posiciona-se como um parceiro ao longo de toda a cadeia de inovação: desde a identificação de oportunidades competitivas, ao desenvolvimento de soluções, à gestão de projetos e ao apoio à exploração de sistemas.

Mantendo uma integração contínua de recursos humanos qualificados e parcerias com investigadores, o INOV aposta fortemente no desenvolvimento tecnológico pré-competitivo. Esta aposta materializa-se em demonstradores tecnológicos associados a diferentes setores de atividade, acelerando a adoção destas novas tecnologias pela comunidade empresarial.

Para cumprir a sua missão de transformar conhecimento em tecnologia, acrescentando valor à cadeia de inovação, o instituto conta com uma equipa multidisciplinar, atualmente composta por cerca de 82 colaboradores contratados, 6 bolseiros de investigação e 56 investigadores externos universitários. Esta equipa integra pessoal administrativo e técnico especializado, investigadores integrados, bolseiros e estagiários. Encontra-se distribuída por três instalações e é apoiada por uma infraestrutura técnica que inclui laboratórios, uma instalação de informação compartimentada sensível, uma

infraestrutura de processamento de dados e um conjunto variado de outros equipamentos concebidos para apoiar as suas atividades de I&D.

No que respeita aos laboratórios, o INOV tem vindo a reforçar estrategicamente a sua capacidade laboratorial com o objetivo responder às necessidades das suas unidades de I&D e incubação, abrangendo áreas como Eletrónica, Optoeletrónica, Ensaios, LIDAR e 5G, bem como permitir a prototipagem de produtos de base eletrónica. Esta unidade laboratorial integra infraestruturas, equipamentos e uma equipa técnica especializada.

2.2. O ecossistema INESC

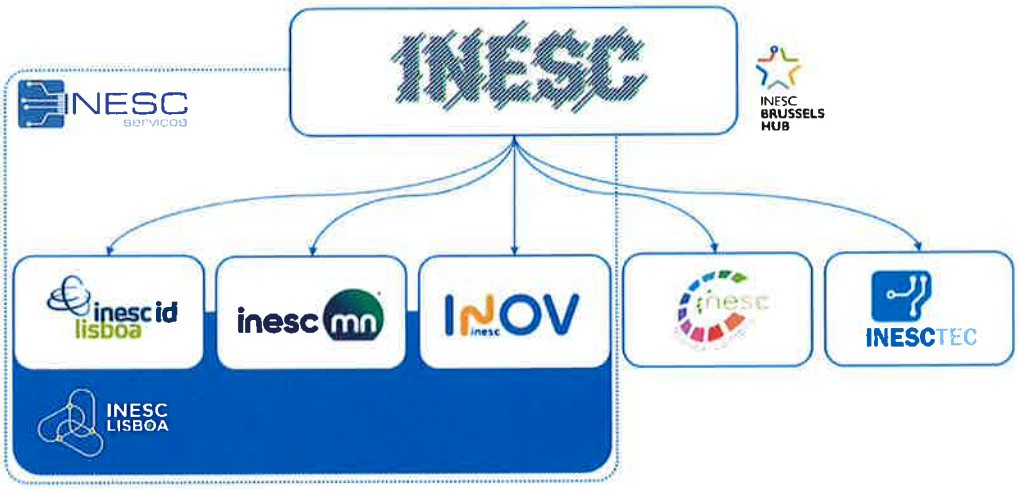


Figura 2 - Estrutura Organizativa do grupo INESC

Numa perspetiva mais ampla, o INOV integra o Grupo INESC, criado em 1980 por iniciativa de um conjunto de individualidades e instituições, de que se destacam os Professores José Tribolet e João Lourenço Fernandes. Desde então, o Grupo tem-se afirmado como uma referência de excelência na investigação e na inovação, destacando-se também pelo seu contributo para a sociedade, para as políticas públicas e para a economia. Através da colaboração com parceiros da indústria, do meio académico e de outras entidades de investigação, o Grupo INESC participa em projetos orientados para responder a desafios complexos e desenvolver soluções inovadoras com impacto. Assume igualmente um papel ativo em iniciativas nacionais e internacionais de investigação, contribuindo para avanços em áreas como a inteligência artificial, a robótica, os sistemas de informação, a ciência da computação, a nanotecnologia, a cibersegurança, as redes de comunicação, a eletrónica e a energia.

Atualmente, o Grupo INESC integra uma rede de institutos e laboratórios especializados — INESC ID, INESC MN, INOV, INESC TEC e INESC Coimbra, que asseguram as competências e infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de atividades de investigação e desenvolvimento de ponta, em Portugal e no estrangeiro.

Em 2019, foi ainda criado o INESC Brussels HUB, com sede em Bruxelas, com o objetivo de reforçar a afirmação do INESC como organização europeia de referência. Mais recentemente, foi lançada a iniciativa INESC Lisboa, que reúne o INESC-ID, o INESC MN e o INOV, com vista a promover sinergias entre os institutos sediados em Lisboa

2.3. Missão, Visão e Valores

A missão, visão e valores do INOV constituem a base orientadora da sua atuação estratégica, definindo o propósito que o guia no setor das TICE:

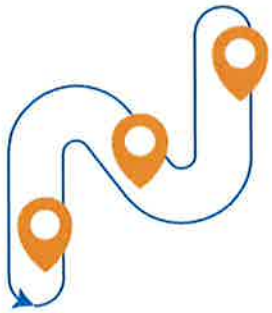
MISSÃO: Transformar conhecimento em tecnologia com valor na cadeia de inovação.

VISÃO: Liderar a inovação em Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica.

VALORES: Atuamos com base em relações de confiança, excelência, agilidade e cooperação.

2.4. Localização

As instalações do INOV localizam-se em três pontos estratégicos nacionais:



Sede | Lisboa – Rua Alves Redol (junto ao IST);

Polo de Leiria – Campus do Instituto Politécnico de Leiria;

Polo de Aveiro – PCI – Parque de Ciência e Inovação.

3. Resumo da Atividade em 2025

O ano de 2025 foi marcado por acontecimentos políticos internacionais de grande relevância. O regresso de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos dominou a agenda global, trazendo consigo fortes tensões comerciais e políticas, para lá de pressão significativa para o aumento de gastos em Defesa. Simultaneamente, o Médio Oriente continuou a ser palco de conflitos de dimensão significativa, que se somaram à continuação da guerra na Ucrânia. A IA teve um papel principal no investimento dos Estados, com a China e os EUA no topo, mas com a EU também a tomar opções estratégicas.

Em Portugal, na sequência de eleições para a assembleia da república realizadas mais ou menos 1 ano depois das anteriores, entrou em funções um novo Governo, que deu início ao desenvolvimento de novas políticas públicas, algumas das quais com potencial impacto na atividade de instituições como o INOV. Destaca-se igualmente a ocorrência de um apagão elétrico de grandes proporções, que evidenciou fragilidades em diversas infraestruturas críticas. E os incêndios florestais revelaram novamente que o sistema português de resposta a este flagelo nacional ainda precisa de ser bastante melhorado, incluindo as comunicações de emergência (sistema SIRESP).

Em 2025, o INOV continuou a apostar na área da Defesa e Segurança, sobretudo através do reforço da sua rede de contactos e da submissão de novas propostas de projetos, estratégia que se revelou acertada e que deverá continuar a constituir uma prioridade a médio e longo prazo. Por outro lado,

acontecimentos como o apagão vieram reforçar a importância de áreas como a Resiliência e a Cibersegurança na resposta a situações de crise.

As alterações políticas trouxeram também mudanças institucionais relevantes no ecossistema de investigação e inovação nacional, nomeadamente a fusão das duas principais entidades de suporte às atividades de I&D&I (FCT e ANI) e às instituições do Sistema Nacional de Inovação (SNI), dando origem à nova AI2. Surgiram igualmente novidades ao nível dos instrumentos de financiamento, em particular os associados ao Banco de Fomento, nomeadamente o IFIC. A adesão do INOV à *CTI Alliance* constituiu um instrumento adicional para acompanhar e, sempre que possível, contribuir para o processo de criação da nova AI2. No que respeita ao IFIC, o INOV participou em diversas propostas promovidas por diferentes empresas.

O ano foi também particularmente intenso no que respeita à execução do projeto infraestrutural INOV CTI, bem como de outros projetos em curso, em especial os financiados pelo PRR. Tanto o projeto CTI como os restantes projetos PRR viram os seus prazos de execução alargados e beneficiaram de reforços de financiamento. O INOV apresentou propostas de reforço que foram bem-sucedidas.

O INESC INOV-Lab, unidade de I&D do INOV reconhecida pela FCT em 2023, viu a sua candidatura a financiamento avaliada com a classificação de Muito Bom, tendo sido aprovado pela FCT um orçamento para as atividades propostas, ainda que num montante inferior ao solicitado. Em consequência, foi realizada uma reavaliação do plano de atividades com base nas condições aprovadas, tendo sido iniciada a execução dos projetos plurianual e base. Foi também eleita a nova Direção do INESC INOV-Lab, que sucederá à Comissão Instaladora e entrou em funções no início de 2026.

As atividades da equipa de Desenvolvimento de Negócio e Valorização do Conhecimento decorreram a bom ritmo, resultando na submissão de 40 candidaturas a programas europeus (Horizon Europe e EDF) e 8 candidaturas a programas nacionais (copromoção e IFIC). Foi igualmente dada atenção especial ao reforço da ligação à ESA, com o objetivo de aumentar a sustentabilidade das atividades na área da Segurança e retomar a atividade na área do Espaço, tendo sido também reforçada a rede de parceiros nacionais nestes domínios. No que respeita às vendas e prestações de serviços, destaca-se o trabalho desenvolvido junto do setor industrial, com particular enfoque na indústria cerâmica. Foram estabelecidos contactos diretos com várias empresas e realizadas ações de divulgação através da participação em eventos especializados promovidos por entidades relevantes do setor.

A atividade de Investigação e Inovação foi desenvolvida de acordo com o planeado em termos físicos e superou as expectativas em termos financeiros. O ano ficou também marcado pela conclusão, com sucesso, de um número significativo de projetos *Horizon Europe*, bem como pelo arranque de novas iniciativas em áreas tradicionais do INOV, como a cibersegurança e o domínio marítimo, e em novas áreas, como a resiliência climática, resultado do investimento realizado nos últimos anos.

O desenvolvimento de novas soluções e tecnologias apresentou igualmente resultados positivos, destacando-se o ecossistema de soluções para a indústria, com foco na cerâmica. Este inclui componentes de gestão da produção, planeamento inteligente, controlo de qualidade e também a introdução de sistemas de marcação invisível de produtos em processo produtivo, imunes às diferentes fases de fabrico e acessíveis ao longo de todo o ciclo de vida do produto. Destaca-se ainda a submissão de uma nova patente relativa a um sensor baseado em tecnologia UWB, destinado à deteção de materiais ou elementos potencialmente ilícitos em envelopes postais, com potencial aplicação em diversos contextos, incluindo ambientes industriais.

Durante 2025 foi iniciada a criação de um Laboratório de Cibersegurança, dotado de infraestrutura especializada para investigação, desenvolvimento e avaliação de segurança em equipamentos de comunicações, dispositivos IoT e sistemas computacionais. Este novo laboratório será integrado no Laboratório de Eletrónica, Comunicações & Prototipagem, tirando partido do investimento realizado nos últimos anos.

No âmbito das atividades do Grupo INESC, destaca-se a participação do INOV nos *Summer Meeting* e *Winter Meeting 2025*, promovidos pelo INESC Brussels Hub, reforçando simultaneamente a sua presença no ecossistema europeu de investigação e inovação e o seu papel na rede INESC. Ao nível do INESC Lisboa, prosseguiram as iniciativas de articulação institucional, com vista à partilha de recursos e à dinamização de atividades conjuntas.

4. Atividade Científica e Tecnológica

4.1. Destaques – Ano 2025

MARCONNECT é um projeto financiado pelo *Horizon Europe*, que pretende transformar a segurança marítima, criando uma nova geração de serviços conectados entre embarcações e autoridades. Através do conceito de *Vessel-Connected Services*, o projeto permite que navios civis partilhem de forma segura e voluntária dados de sensores (como radar ou sonar) ampliando drasticamente a capacidade de vigilância e a consciência situacional no mar. Esta abordagem descentralizada reforça a deteção precoce de atividades ilícitas, melhora a coordenação transfronteiriça e fortalece a interoperabilidade entre Guardas Costeiras e sistemas de segurança europeus, posicionando o INOV no centro da inovação tecnológica aplicada à proteção do domínio marítimo.

Fazem parte deste consórcio um conjunto de entidades, entre as quais se destacam parceiros históricos como a DAMEN, a XSEALENCE-SEA TECHNOLOGIES e a Polícia Judiciária (PJ).

O **SMART-CONNECT**, financiado pela Agência Espacial Europeia (ESA) no âmbito do *Civil Security from Space*, desenvolve uma solução *middleware* que assegura comunicações seguras e resilientes em situações de crise, mesmo quando as redes terrestres falham. Combinando *satcom*, observação da Terra e compressão de dados com inteligência artificial, o sistema visa garantir a transmissão contínua de informação crítica entre cidadãos, equipas de emergência e centros de gestão de desastres, reforçando a resposta rápida em cenários de emergência.

Em outubro de 2025, o INOV assinou um Acordo de Informação Proprietária com a **Lockheed Martin**, um dos maiores grupos mundiais nos setores da defesa e aeroespacial, estabelecendo um quadro formal para a partilha segura de informação técnica sensível.

A criação do **Laboratório de Cibersegurança** representa um avanço estratégico para o INOV, dotando-o de uma infraestrutura especializada para investigação, desenvolvimento e avaliação de segurança em equipamentos de comunicações, dispositivos IoT e sistemas computacionais no geral.

Concebido para permitir engenharia reversa de *malware*, avaliações de segurança a hardware e software, testes de intrusão e análise forense em ambiente controlado, o laboratório irá integrar computação dedicada, switches configuráveis para cenários de *Software Defined Network*, armazenamento redundante e uma rede de testes isolada, complementados por equipamento já existente no laboratório de eletrónica.

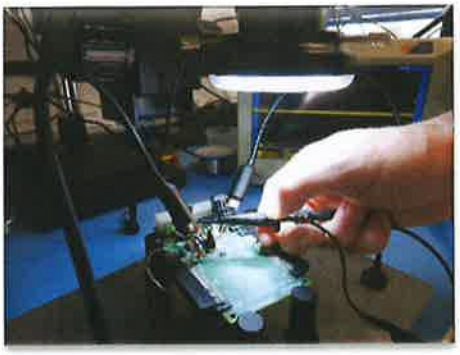
Esta nova infraestrutura reforça a capacidade do INOV para responder a desafios emergentes de cibersegurança e para atuar em projetos de defesa e tecnologias dual-use.

BLOSSOM é um projeto financiado pelo Horizon Europe que desenvolve soluções inovadoras para aumentar a resiliência climática de cidades e regiões, articulando mitigação, adaptação e atratividade territorial. Reúne municípios, centros de investigação, empresas e comunidades para cocriar intervenções ambiental e socialmente eficazes. O INOV lidera o co-design participativo de soluções climáticas e desenvolve ferramentas digitais de e-participação de código aberto que aproximam cidadãos e decisores. Em conjunto com a Fidelidade e a Câmara Municipal de Lisboa, o INOV vai auxiliar a implementação de soluções em edifícios residenciais privados em Lisboa, com o objetivo de reduzir riscos climáticos (como inundações, ondas de calor, tempestades e secas), e assim diminuir prémios de seguro e estimular o investimento privado na resiliência urbana.

A integração do INOV na **Task Force Europeia para Tecnologias Quânticas** confirma o reconhecimento do seu contributo estratégico na definição do futuro "Plano Europeu para Chips Quânticos." Representado pelo investigador João Rodrigues, o INOV integra um núcleo restrito de especialistas chamados a apoiar diretamente a DG CONNECT na construção do roteiro tecnológico europeu, envolvendo áreas como fotónica, materiais avançados e tecnologias criogénicas.

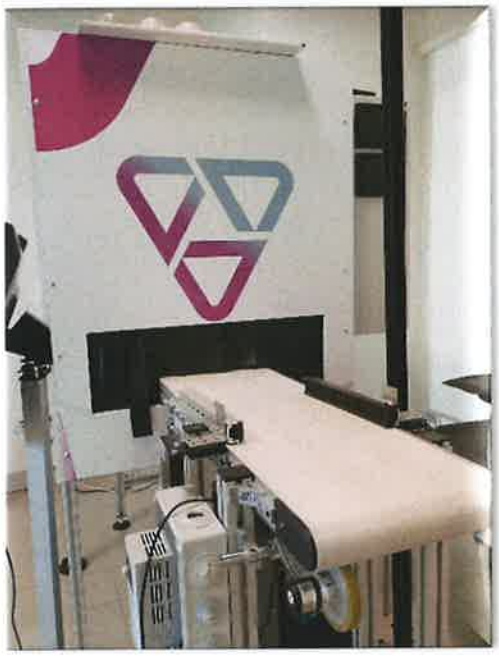
Paralelamente, a parceria com o INESC MN tem vindo a intensificar-se no domínio das tecnologias quânticas, unindo competências para explorar fenómenos quânticos e transformar esse conhecimento em aplicações de elevado valor estratégico.

A participação do INOV nos *Summer Meeting* e *Winter Meeting 2025* promovidos pelo **INESC Brussels Hub** reforçou simultaneamente a sua presença ativa no ecossistema europeu de investigação e inovação e o seu papel dentro da rede INESC, contribuindo para discussões estratégicas sobre autonomia tecnológica, financiamento de infraestruturas científicas e prioridades de I&D. Estes encontros reuniram decisores, especialistas e representantes institucionais, oferecendo ao INOV uma plataforma privilegiada para fortalecer alianças, alinhar agendas e afirmar a relevância das suas competências no contexto europeu.



Em 2025, o **Laboratório de Eletrónica, Comunicações, Prototipagem e Demonstração** continuou a beneficiar de um investimento sustentado, consolidando-se como uma infraestrutura tecnológica de referência. Esta evolução tem permitido ao INOV reforçar o seu posicionamento enquanto CTI, dotado de sólidas capacidades laboratoriais, e aumentar a sua capacidade de resposta às exigências do mercado.

No âmbito das atividades desenvolvidas com recurso a esta infraestrutura, destacam-se os serviços prestados às empresas Taurus e Tecassistiva, relacionados com o produto Liber, um computador em braille. Estes trabalhos incluíram a implementação de melhorias na versão de 2024, ao nível de hardware e firmware, bem como o contributo para o desenho e prototipagem da nova versão prevista para 2026.



O **demonstrador UNYMA** instalado no Parque de Ciência e Inovação, em Aveiro, marcou em 2025 um passo relevante na consolidação tecnológica do ecossistema, permitindo evidenciar em ambiente controlado a operacionalidade dos seus seis subsistemas e a sua aplicabilidade direta em contextos industriais. Este espaço de demonstração oferece às empresas uma visualização técnica das capacidades do UNYMA (da integração de dados em tempo real à otimização de processos com IA) funcionando como plataforma de validação, experimentação e transferência de conhecimento. A sua disponibilização reforça o posicionamento do INOV na maturação e difusão de tecnologias avançadas para a indústria, promovendo uma adoção mais informada e sustentada.

Esta solução foi iniciada com a RiaStone, encontra-se hoje em evolução no âmbito do projeto PRR ECP onde a validação de parceiros industriais no setor da cerâmica é essencial. A solução UNYMA já alcançou um nível de maturidade que a torna uma solução integrada inovadora no panorama da gestão industrial.

O **sistema CICLOPE**, desenvolvido pelo INOV, continuou a afirmar-se como uma referência nacional em videovigilância florestal e inovação tecnológica, tendo sido destacado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) como um dos projetos mais transformadores na proteção do território.

Num ano em que a CIMRL foi distinguida nos "Prémios Fundos Europeus" com o projeto "Sistema de Informação aos Utilizadores em Tempo Real", o sistema CICLOPE manteve elevada visibilidade pelo impacto real que gera na prevenção de incêndios, na monitorização contínua e na modernização das operações de proteção civil. Ao nível da internacionalização, a consolidação da parceria com a SATWAYS permitiu alargar a implementação do sistema na Grécia, país onde os incêndios florestais têm sido frequentes e devastadores.

4.2. 2025 em Números

No compromisso com a excelência organizacional e a concretização dos objetivos estratégicos, apresenta-se um conjunto de indicadores que oferecem uma visão integrada do desempenho do INOV. Estes indicadores compreendem diversas áreas, nomeadamente projetos nacionais e europeus, colaborações e parcerias, iniciativas de divulgação e principais fontes de receita.

INDICADORES	2025
Colaboração & Redes	
Plataformas e Redes Colaborativas	12
Empresas e Organizações Participadas	2
Protocolos com Instituições de Ensino Superior	19
Projectos	
Projetos Nacionais	14
Projetos Internacionais	22
Parceiros & Clientes	
Parceiros	398
Clientes	65
Publicações Científicas	
Artigos em revistas / conferências	79
Capítulos de Livros	1
Patentes Registadas	1
Indicadores Económicos	
Vendas e Prestações de Serviços	2,01 M€
Projetos I&D	2,91 M€
Apoio Infraestrutural	636 K€

4.3. Recursos Humanos

Em 2025, o INOV manteve uma equipa altamente qualificada e estável, composta por 144 profissionais, dos quais 82 contratados, 56 investigadores externos e 6 bolseiros. A estrutura integrou maioritariamente engenheiros de nível VII e investigadores doutorados, assegurando as competências adequadas ao desenvolvimento de projetos de I&D+I em fases avançadas de maturidade tecnológica. Cerca de 85% da população possui formação académica superior e 90% dos colaboradores contratados detém vínculo permanente, reforçando a consolidação da força de trabalho.

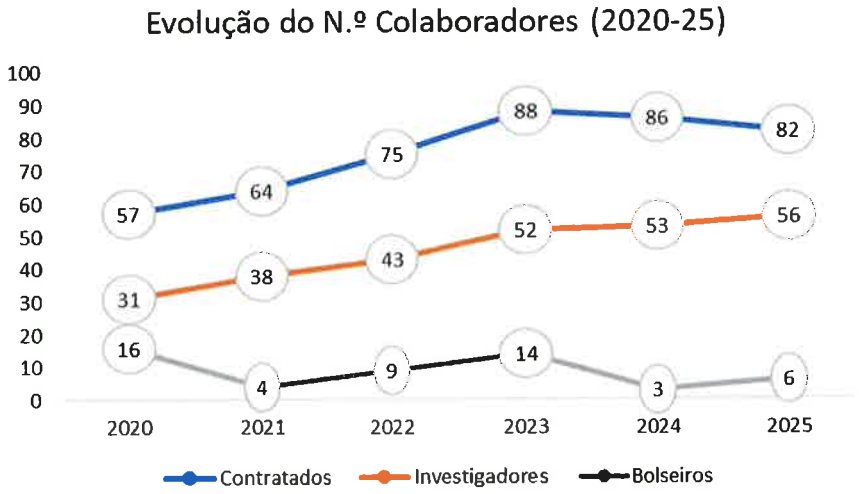
A distribuição por género manteve-se alinhada com a realidade do setor tecnológico, com 77% de homens e 23% de mulheres, enquadrada no compromisso contínuo do INOV com a implementação do seu "Plano de Igualdade de Género".

A ligação ao sistema científico foi reforçada através do INESC INOV-Lab, que desempenhou um papel crescente na renovação de talento e no suporte às atividades de investigação A integração de investigadores doutorados e bolseiros contribuiu para fortalecer a capacidade científica e aumentar o pipeline de inovação.

O investimento em formação contínua manteve-se uma prioridade, alavancado pela operação CTI e pela criação da academia interna de formação, que permitiu responder de forma ágil às necessidades emergentes de qualificação.

As condições de trabalho foram igualmente melhoradas, destacando-se a renovação do escritório de Leiria e a continuidade de iniciativas de bem-estar que promovem um ambiente profissional equilibrado.

Em conjunto, estas dinâmicas permitiram ao INOV consolidar a equipa, modernizar práticas de gestão de recursos humanos e reforçar as competências necessárias ao crescimento e à excelência tecnológica da organização.



Distribuição por Género: 77% de homens e 23% mulheres

Formação Superior – 85% do total da população
(34% Doutoramentos, 25% Mestrados, 26% Licenciaturas)

90% Contratos sem termo
Antiguidade média – 10 anos

Encontro Anual INOV 2025, em Sesimbra

5. Análise Económica e Financeira

5.1. Desempenho Económico-Financeiro

RESULTADOS

O INOV registou em 2025 um desempenho positivo, com melhoria dos principais indicadores de resultados alcançados no exercício.

Com o aproximar da data de finalização dos atuais programas de financiamento de projetos de I&D, o volume total dos Rendimentos Operacionais evoluiu ligeiramente em baixa (menos 3%), enquanto, do lado dos Gastos se registou uma redução da ordem de 8%, face ao ano anterior.

O Resultado Operacional antes de Depreciações, Juros e Impostos e o Resultado Líquido do Exercício totalizaram, respetivamente, 723 mil euros (mais 51% que em 2024) e 364 mil euros (mais 80% que em 2024):

Valores em milhares de Euros

Resultados	2025	2024	Δ %
Rendimentos Operacionais	5 849	6 054	-3%
Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos	5 126	5 576	-8%
Resultados antes Depreciações, Juros e Impostos	**723**	**478**	**51%**
Rendimentos Financeiros	84	105	-20%
Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos	443	382	16%
Resultado Líquido do Exercício	**364**	**202**	**80%**

Os Rendimentos Operacionais atingiram 5 849 mil euros, repartindo-se pelas atividades de Prestação de Serviços, Projetos de I&D cofinanciados, e Outros Rendimentos conforme se evidencia no quadro seguinte:

Valores em milhares de Euros

Rendimentos	2025	2024	Δ %	2023
Serviços prestados	2 008	2 026	-1%	1 712
Projetos I&D co-financiados	3 553	3 736	-5%	3 927
- Projetos Nacionais	*2 110*	*1 741*	*21%*	*1 571*
- Projetos Europeus	*1 443*	*1 995*	*-28%*	*2 356*
Total Serviços Prestados + Projetos I&D	**5 561**	**5 762**	**-3%**	**5 639**
Outros rendimentos	288	293	-2%	247
Total dos Rendimentos operacionais	**5 849**	**6 054**	**-3%**	**5 886**
Rendimentos Financeiros	84	105	-20%	35
Rendimentos Totais	**5 932**	**6 159**	**-4%**	**5 921**

Os rendimentos de Projetos de I&D representaram 61% da atividade operacional, tendo, globalmente, registado um decréscimo de 5% face ao ano transato.

Este decréscimo ficou a dever- se à componente de Projetos de Europeus (menos 28% que em 2024), fruto da conclusão, ao longo do ano, de vários projetos do programa Horizon Europe.

Em sentido contrário, a componente de Projetos Nacionais, superou os 2 milhões euros, tendo crescido 21% comparativamente com 2024. Para esta evolução contribuíram os projetos PRR e Missão Interface (apoio infraestrutural), que viram aprovada uma prorrogação de prazo até junho 2026, bem como um reforço das verbas de financiamento. Os projetos destas agendas, representaram uma contribuição total de 1,6 milhões euros, ou seja, cerca de 45% dos rendimentos de Projetos de I&D, no exercício em análise.

As Prestações de Serviços atingiram 2 008 mil euros, mantendo um nível idêntico ao ano anterior, e um peso relativo no total de Rendimentos Operacionais da ordem de 34%. Cerca de 50% da atividade de Prestações de Serviços tem origem nas adjudicações associadas à implementação e operação das soluções de vigilância de florestas desenvolvidas pelo INOV, as quais se repartiram por clientes nacionais e internacionais em, respetivamente, 65% e 35%.

Os Outros rendimentos atingiram 288 mil euros, integrando sobretudo a parte reconhecida no exercício referente a subsídios ao investimento (193 mil euros), acompanhando a evolução dos correspondentes gastos de depreciação.

Os Gastos Totais ascenderam a 5 569 mil euros, sendo a seguinte a sua desagregação pelas principais rúbricas:

Valores em milhares de Euros

Gastos	2025	2024	Δ %
Gastos com o pessoal	3 959	4 200	-6%
Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos	1 163	1 373	-15%
Perdas em dívidas a receber/Provisões	4	3	24%
Gastos Operacionais (excl. Amortizações, Juros e Impostos)	**5 126**	**5 576**	**-8%**
Gastos de depreciação e amortização	323	301	7%
Gastos de financiamento (Juros)	3	3	4%
Impostos	117	78	51%
Gastos Totais	**5 569**	**5 958**	**-7%**

A evolução dos Gastos com Pessoal (menos 6% face a 2024), acompanhou a tendência de redução do nível de atividade associada ao fim dos programas de projetos de I&D. Por um lado, registou-se uma ligeira redução do nº de contratados e, por outro, um abrandamento do esforço de novas contratações, enquanto se aguarda pelo resultado de novas candidaturas apresentadas no quadro dos programas entretanto lançados a nível europeu.

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, a redução de gastos foi mais expressiva (menos 15%), para o que contribuiu igualmente uma menor necessidade de componentes para as instalações das soluções de videovigilância acima referidas, dada uma maior concentração, neste exercício, de serviços de manutenção de sistemas já instalados.

Balanço

A estrutura do Balanço em 31 dezembro 2025 reflete uma situação financeira equilibrada:

Valores em milhares de Euros

BALANÇO	2025	2024	Δ %
Ativo			
Ativos fixos	691	828	-17%
Dívidas correntes a receber	1 937	1 897	2%
Diferimentos	38	18	108%
Disponibilidades	4 181	4 794	-13%
Total do Ativo	**6 847**	**7 538**	**-9%**
Passivo			
Dívidas correntes a pagar	2 413	2 739	-12%
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	-
Diferimentos	2 477	3 257	-24%
Outros passivos não correntes	212	178	19%
Total do Passivo	**5 101**	**6 175**	**-17%**
Fundos Patrimoniais	**1 745**	**1 363**	**28%**
Autonomia Financeira	**25%**	**18%**	**41%**

A situação de tesouraria manteve-se positiva à semelhança de anos anteriores, sem qualquer recurso a endividamento bancário, permitindo assegurar a estabilidade financeira e as necessidades de financiamento para fazer face à execução dos projetos.

A principal rúbrica do Ativo é constituída pelas Disponibilidades (62% do Ativo total), em parte relacionadas com o ciclo de financiamento dos projetos de I&D, integrando adiantamentos de verbas recebidas para a sua execução, registados na rúbrica de Diferimentos, ou para pagar a parceiros no âmbito de projetos sob coordenação do INOV.

As Dívidas Correntes a Receber integram sobretudo os saldos a receber de clientes (389 mil euros), e das entidades financiadoras relativamente à parte dos projetos cofinanciados já executada, e que se mantem pendente de validação e pagamento (1 531 mil euros).

O valor dos Fundos Patrimoniais cresceu em cerca de 28%, refletindo o impacto do valor do Resultado Líquido alcançado no exercício, e de subsídios ao investimento recebidos no âmbito do financiamento dos projetos de I&D.

O rácio de autonomia financeira aumentou, de 18% em 2024, para 25% em 2025.

Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propõe-se que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 363 571 euros (trezentos e sessenta e três mil quinhentos e setenta e um euros) seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades, organizações e pessoas que nos acompanharam e connosco cooperaram.

Fernando Moreira

António Leal

José Pimentel

Nelson Escravana

Elisabete Carreira

Luís Miguel Silveira

Helena Galhardas

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Mapa das Demonstrações Financeiras

INOV
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	**Notas**	**2025**	**2024**
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	595 008	726 538
Ativos intangíveis		79 565	85 869
Outros investimentos financeiros	7	2 500	2 500
Outros ativos financeiros	7	13 527	13 527
Total do ativo não corrente		690 600	828 433
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	389 057	365 028
Estado e outros entes públicos	18	16 927	25 117
Outros créditos a receber	9	1 531 147	1 507 231
Diferimentos	10	38 320	18 445
Caixa e depósitos bancários	4	4 180 743	4 793 534
Total do ativo corrente		6 156 195	6 709 355
Total do ativo		6 846 795	7 537 789
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	11	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	12	485 608	585 608
Reserva legal	13	3 081	3 081
Resultados transitados		(484 390)	(686 171)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	377 594	258 944
		1 381 894	1 161 463
Resultado líquido do exercício		363 571	201 781
Total dos fundos patrimoniais		1 745 465	1 363 244
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	16	117 189	109 318
Passivos por impostos diferidos	8	94 399	68 833
Total do passivo não corrente		211 587	178 151
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17	122 633	217 226
Estado e outros entes públicos	18	215 571	169 853
Outras dívidas a pagar	17	2 074 487	2 352 260
Diferimentos	10	2 477 052	3 257 055
Total do passivo corrente		4 889 743	5 996 394
Total do passivo		5 101 330	6 174 545
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 846 795	7 537 789

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	21	2 007 904	2 025 858
Subsídios à exploração	22	3 552 838	3 735 670
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 107 563)	(1 266 469)
Gastos com o pessoal	24	(3 958 681)	(4 200 102)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	48 375	20 860
Provisões (aumentos/reduções)	16	(3 871)	(3 127)
Outros rendimentos	25	239 560	271 774
Outros gastos	26	(55 484)	(106 343)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		723 078	478 120
Gastos de depreciação	29	(323 235)	(301 252)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		399 844	176 868
Juros e rendimentos similares obtidos		83 745	105 255
Juros e gastos similares suportados	27	(2 779)	(2 671)
Resultado antes de impostos		480 810	279 452
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(117 239)	(77 671)
Resultado líquido do exercício		363 571	201 781
Resultado por unidade de participação	30	1,82	1,01

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Reserva legal	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2024		1 000 000	684 608	3 081	(883 761)	266 442	197 590	1 267 961
Operações com detentores de fundos no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	15	-	-	-	197 590	-	(197 590)	-
Restituição de prestações acessórias	12	-	(99 000)	-	-	-	-	(99 000)
Outras operações								-
Alterações no exercício:								
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	-	(9 492)	-	(9 492)
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	-	1 993	-	1 993
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	-	-	201 781	201 781
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1 000 000	585 608	3 081	(686 171)	258 944	201 781	1 363 244
Operações com detentores de fundos no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	15	-	-	-	201 781	-	(201 781)	-
Restituição de prestações acessórias	12	-	(100 000)	-	-	-	-	(100 000)
Outras operações								-
Alterações no exercício:								
Subsídios ao investimento	14	-	-	-	-	144 216	-	144 216
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	-	-	(25 565)	-	(25 565)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	-	-	363 571	363 571
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1 000 000	485 608	3 081	(484 390)	377 594	363 571	1 745 465

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		2 186 648	2 242 309
Recebimentos de subsídios à exploração		2 832 901	3 261 798
Pagamentos a fornecedores		(1 526 221)	(1 265 370)
Pagamentos ao pessoal		(3 875 253)	(4 178 068)
Fluxos gerados pelas operações		(381 925)	60 669
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(59 241)	(9 829)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(321 571)	(225 031)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(762 737)	(174 191)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(168 541)	(574 837)
		(168 541)	(574 837)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		83 745	105 255
Subsídios investimento	14	337 521	155 660
		421 266	260 915
Fluxos das atividades de investimento [2]		252 725	(313 922)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações acessórias	12	(100 000)	(99 000)
Juros e gastos similares		(2 779)	(2 671)
		(102 779)	(101 671)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(102 779)	(101 671)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		(612 791)	(589 783)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	4 793 534	5 383 317
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	4 180 743	4 793 534

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

A 1 de janeiro de 2025 substitui-se o SAP R3 pelo SAP4Hana, com migração de dados e implementação de novas funcionalidades, tendo sido garantida a continuidade das operações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo ("Diferimentos") os adiantamentos e no ativo ("Outros créditos a receber") os montantes a receber.

3.8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de caráter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
-Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a oito meses).

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que

estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expetáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" e "outos ativos" do balanço era como segue:

	2025	2024
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	729 743	793 534
Depósitos a prazo	3 451 000	3 500 000
Caixa e equivalentes de caixa	4 180 743	4 293 534
Outros ativos correntes (a)		500 000
		500 000

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

(a) Em janeiro de 2024, foi constituído um depósito a prazo na Caixa Geral de Depósitos, com um prazo de 1 ano e não mobilizável, no valor de 500.000 Euros.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2025						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	8 948	1 812 924	653 674	107 838	722 886	91 057	3 397 327
Aquisições	13 380	65 122		52 670	-	56 740	187 913
Alineações/abates	-	-			-	-	-
Transferências	68 772	35 665	-	-	-	(104 437)	-
Saldo final	91 101	1 913 711	653 674	160 508	722 886	43 360	3 585 240
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	149	1 527 317	312 598	107 838	722 886	-	2 670 789
Depreciações do exercício (Nota 29)	7 951	174 217	121 991	15 284	-	-	319 442
Abate/ Alienações	-	-			-	-	-
Saldo final	8 100	1 701 534	434 589	123 122	722 886	-	2 990 231
Ativo liquido	83 000	212 177	219 085	37 387	-	43 360	595 008

	2024						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	-	1 714 266	360 130	108 655	722 886	14 454	2 920 392
Aquisições	8 948	74 074	304 060	-	-	101 186	488 268
Alineações/abates	-	-	(10 517)	(817)	-	-	(11 334)
Transferências	-	24 584	-	-	-	(24 584)	-
Saldo final	8 948	1 812 924	653 674	107 838	722 886	91 057	3 397 327
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	-	1 341 559	215 323	102 959	722 886	-	2 382 728
Depreciações do exercício (Nota 29)	149	185 758	107 792	5 696	-	-	299 395
Abate/ Alienações	-	-	(10 517)	(817)	-	-	(11 334)
Saldo final	149	1 527 317	312 598	107 838	722 886	-	2 670 789
Ativo líquido	8 799	285 607	341 076	-	-	91 057	726 538

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático e eletrónico, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

Durante o exercício de 2025, parte dos equipamentos que estavam em ativo em curso no final de 2024 foram entregues e, consequentemente, transferidos para firme, dando início à sua vida útil durante o período.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys")	6,08%	25.230	(25.230)	-
Seapower - Associação para o Desenvolvimento da Economia do Mar	5,00%	2.500	-	2.500
		27.730	(25.230)	2.500

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante o exercício de 2024, foi adquirida uma nova participação financeira relativa a 5% da Seapower.

Outros ativos financeiros

Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava um saldo de 13.527 Euros referente a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 20% para 2025 e 21% para 2024, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 20% e 21% respetivamente para 2025 e 2024.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2020 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi apurado como segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	480 810	279 452
Outros Ajustamentos	29 584	-
Taxa nominal de imposto	20%	21%
Imposto esperado	102 079	58 685
Ajustamentos à coleta (i)	15 160	18 986
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 18)	117 239	77 671

(i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 de 2024, foi o seguinte:

	Subsídios ao investimento
Saldo em 1 de janeiro de 2024	70 826
Constituição (Nota 14)	(1 993)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68 833
Constituição (Nota 14)	25 565
Saldo em 31 de dezembro de 2025	94 398

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2025		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	666 611	(306 386)	360 224
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	28 833	-	28 833
	695 443	(306 386)	389 057
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	2 086 303	(1 096 109)	990 193
Adiantamento a fornecedores	4 771	-	4 771
Outros	536 183	-	536 183
	2 627 257	(1 096 109)	1 531 147
	3 322 700	(1 402 496)	1 920 204

	2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	701 204	(354 761)	346 443
Clientes - partes relacionadas (Nota 28)	18 585	-	18 585
	719 789	(354 761)	365 028
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	2 219 251	(1 096 109)	1 123 142
Adiantamento a fornecedores	6 599	-	6 599
Outros	377 491	-	377 491
	2 603 341	(1 096 109)	1 507 232
	3 323 130	(1 450 870)	1 872 260

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi como segue:

	2025				
Descrição	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	Saldo final
Clientes	354 761	19 334	(67 710)	-	306 386
Outras contas a receber	1 096 109			-	1 096 109
	1 450 870	19 334	(67 710)	-	1 402 495

	2024				
Descrição	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	Saldo final
Clientes	437 099	-	(82 338)	-	354 761
Outras contas a receber	1 034 631	147 500	(86 022)	-	1 096 109
	1 471 730	147 500	(168 360)	-	1 450 870

Em 2023, o Consórcio Be4You (plataforma preditiva de análise do estado de saúde e bem-estar de que faz parte o Instituto), no âmbito de uma decisão de revogação da aprovação do financiamento atribuído em 2021 ao projeto, no quadro do programa Portugal 2020, financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, foi notificado para proceder à devolução dos valores apresentados. Essa decisão de revogação implicaria para o INOV um potencial de devolução de financiamento processado no valor total de 141.153 Euros, pelo que no respetivo exercício, foi constituída uma provisão de 151.000 Euros (incluindo os valores pendente de recebimento).

A decisão de revogação da aprovação do financiamento atribuído em 2021 ao Projeto Be4You acabou por ser anulada administrativamente em novembro de 2024. O procedimento administrativo foi retomado para apuramento das despesas elegíveis de cada um dos membros do consórcio Be4You, sendo que em 13 de janeiro de 2025 foram estes notificados dos respetivos projetos de decisão. No caso do Instituto, foi apurada uma ordem de devolução o no montante de 57.180 Euros. Assim, no

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi revertida a provisão relativa ao projeto Be4You, no valor de 86.022 Euros.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Ativo:		
Diversos	38 320	18 445
Passivo:		
Subsídios à exploração (Nota 3.7)	1 936 360	2 258 963
Prestação de serviços e outros projetos	540 692	998 092
	2 477 052	3 257 055

11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
INESC	95%	950.000
INESC ID	5%	50.000
	100%	1.000.000

12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto tem por referência o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral a restituição de prestações acessórias no montante de 100.000 Euros.

13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	Outras variações nos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2024	266 443
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(165 153)
Subsídios obtidos	155 661
Imposto diferido (Nota 8)	1 993
Saldo em 31 de dezembro de 2024	258 944
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(193 305)
Subsídios obtidos	337 521
Imposto diferido (Nota 8)	(25 565)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	377 594

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 15 de abril de 2025, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 201 781 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 17 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 197 591 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

16. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o movimento das provisões foi conforme segue:

	Provisões
Saldo em 1 de janeiro de 2024	106 191
Reforço	3 127
Reforço (via gastos com pessoal)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109 318
Reforço	3 871
Reforço (via gastos com pessoal)	4 000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	117 189

17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	72 994	109 999
Partes relacionadas (Nota 28)	4 882	38 961
Fornecedores de investimento	44 757	68 266
	122 633	217 226
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	1 276 099	1 197 829
Outros acréscimos	183 139	196 485
	1 459 239	1 394 314
Parceiros	599 186	943 954
Outras dívidas a pagar	16 063	13 992
	2 074 487	2 352 260
	2 197 121	2 569 486

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros acréscimos de gastos incluem o montante 96 067Euros e 103 001 Euros, respetivamente relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 28).

O montante de outras dívidas a pagar relativas a "Parceiros" é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC:				
Estimativa de imposto (Nota 8)	16 927	117 239	-	67 652
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		32 329	-	37 795
Contribuições para a Segurança Social		62 578	-	64 407
Imposto sobre o Valor Acrescentado		3 425	25 117	-
Outros impostos	-	-	-	-
	16 927	215 571	25 117	169 853

19. LOCAÇÕES

O Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamento básico e de transporte, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, a 16 188 Euros e 53 659 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Instituto tem um contrato de arrendamento com o INESC relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas futuras corresponda a montante de, aproximadamente, 210 475 Euros por ano.

20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto tinha um montante de garantias bancárias prestadas no montante de 129.777 Euros. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto em contratos de fornecimento de serviços de telecomunicações e energia, e em contratos com clientes referentes à execução de instalações do sistema Ciclope adjudicadas ao Instituto.

21. RÉDITO

A rubrica "Vendas e serviços prestados", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Serviços prestados	2 007 904	2 025 858

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 213 311 Euros e 223 628 Euros, respetivamente (Nota 28).

22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Projetos nacionais	2 109 695	1 740 670
Projetos europeus	1 443 142	1 995 000
	3 552 838	3 735 670

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, considerando as perdas de imparidade registadas.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Rendas e alugueres	249 551	277 401
Deslocações e estadas	214 418	231 974
Trabalhos especializados	210 198	232 373
Componentes	107 516	168 363
Ferramentas e utensílios	64 268	113 199
Honorários	31 984	75 072
Outros	61 704	73 141
Despesas de logística	93 493	31 165
Comunicação	30 916	26 232
Energia e fluídos	22 458	21 765
Seguros	21 058	15 784
	1 107 563	1 266 469

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 273 849 Euros e 279 863 Euros, respetivamente (Nota 28).

A variação da rubrica de "Componentes" está relacionada com a variação e natureza dos serviços prestados, nomeadamente nos serviços do projeto Ciclope.

24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações	3 000 489	3 225 552
Bolsas	71 599	91 469
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	557 958	587 714
Refeições	176 761	177 936
Seguros	98 715	95 723
Indemnizações ao pessoal	52 000	10 259
Outros	1 159	11 449
	3 958 681	4 200 102

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 83 e 104 empregados, respetivamente.

25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Subsídios ao investimento (Nota 14)	193 305	165 153
Outros	46 256	106 621
	239 560	271 774

26. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Quotizações	11 895	9 734
Impostos	2 961	2 888
Outros	40 628	93 721
	55 484	106 343

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas no montante de 5.734 Euros e 5 390 Euros, respetivamente (Nota 28).

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Outros	2 779	2 671
	2 779	2 671

28. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2025		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	53 694	1 295	258 849
INESC ID	149 607	-	-
INESC MN	826	-	-
IST	9 184	4 439	15 000
INESCTEC	-	-	-
	213 311	5 734	273 849

	2024		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	54 505	1 295	249 863
INESC ID	161 323	-	-
INESC MN	-	-	-
IST	7 800	4 095	30 000
INESCTEC	-	-	-
	223 628	5 390	279 863

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2025		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar/receber (Nota 17)
INESC	-	(25 118)	412
INESC ID	27 060	-	86 086
INESC MN	933	-	9 569
INESCTEC	-	-	-
IST	839	30 000	-
	28 833	4 882	96 067

	2024		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar/receber (Nota 17)
INESC	590	8 961	45 587
INESC ID	17 195	-	57 414
INESC MN	-	-	-
INESCTEC	-	-	-
IST	800	30 000	-
	18 585	38 961	103 001

29. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	319 442	299 395
Ativos intangíveis	3 792	1 857
	323 235	301 252

30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi determinado como segue:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	363 571	201 781
Número de unidades de participação (Nota 11)	200 000	200 000
Resultado por unidade de participação básico	1,82	1,01

31. OUTROS PROJETOS

De acordo com os procedimentos estabelecidos nos programas de financiamento de projetos, apresenta-se a agregação de Gastos e Rendimentos do exercício por atividades:

Custos e rendimentos por atividade	Atividade Projetos Co-Financiados	Atividade Prestação de serviços	Total
Rendimentos totais	3 856 440	2 075 982	5 932 422
Gastos totais	3 923 051	1 645 801	5 568 851
Margem	(66 610)	430 181	363 571

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2025 até esta data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7. Relatórios de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2025, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2025 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases, com a qual concordamos.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Associados.

Lisboa, 13 de abril de 2026

O CONSELHO FISCAL

João Manuel Ricardo Catarino – Presidente

Soledade Maria Silva Duarte - Vogal

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6.846.795 euros, um total de fundos patrimoniais de 1.745.465 euros incluindo um resultado líquido de 363.571 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

VF

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

VF

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2026

Victor Franco

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC Nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Tel: +351 217 990 420
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **INOV - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação**, (adiante também designado por INOV ou Instituto), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6 846 795 euros e um total dos fundos patrimoniais de 1 745 465 euros, incluindo um resultado liquido de 363 571 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Outras Matérias

O nosso exame incidiu sobre as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025, após a nossa contratação em 2 de dezembro de 2025, sendo que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram objeto de exame por outro auditor e por um revisor oficial de contas, que emitiram em 4 de abril de 2025 opiniões não modificadas.

As demonstrações financeiras são sujeitas a exame pelo revisor oficial de contas que emitiu em 13 de abril de 2026 a respetiva certificação legal das contas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do INOV nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

BDO & Associados, SROC, S.A., Sociedade Anónima, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.

A BDO & Associados, SROC, S.A., Sociedade Anónima registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do INOV;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do INOV para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o INOV descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 30 de abril de 2026

Rui Manuel Vicente Fernandes
(ROC nº 1685, inscrito na CMVM sob o nº 20161295),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.

Sede: Rua Alves Redol, 9
1000-029 Lisboa
Site: www.inov.pt